Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI)
8 e 9 de junho 2018, Paris



eit.ilc@fr.oleone.com - julioturra@cut.org.br
www.eit-alger2017.org

Reunião constitutiva do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI)

8 e 9 de junho 2018, Paris

Propostas e conclusões

Com a participação de 55 delegados de 33 países (sobre 42 esperados) (1) constituiu-se em Paris, em 8 e 9 de junho de 2018, o Comitê internacional de ligação e intercâmbio (CILI), tal como decidido na 9ª Conferência mundial aberta (CMA) do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT) ocorrida em Argel de 8 a 10 de dezembro de 2017. A coordenação do AcIT, designada em 2010 pela 8ª CMA, que reuniu-se na véspera em 7 de junho, foi quem convocou essa primeira reunião constitutiva, a qual ocorreu num momento em que todas as discussões feitas em Argel assumem particular importância.

As consequências da virada que representou a eleição de Trump à presidência dos Estados Unidos estão em vias de materializar-se de forma espetacular.

A guerra econômica desencadeada por Trump para tentar diminuir o impacto que, sob pressão da crise do sistema mundial do imperialismo, desagrega as próprias bases da economia dos EUA, ameaça espatifar todo o sistema de manutenção da ordem mundial estabelecido ao final da Segunda Guerra mundial.

Com o pretexto de « reequilibrar » as relações comerciais entre EUA e China, Trump exerce uma pressão insuportável sobre seus « aliados europeus », bem como sobre seus « aliados asiáticos », Coréia do Sul e Japão.

Ao denunciar o tratado nuclear assinado com o Irã, ele priva as multinacionais européias não só de um mercado vital para elas, não só ameaça de morte os bancos que não respeitem a proibição de comerciar com o Irã, mas também transtorna o sistema de alianças – já abalado pela guerra na Síria – no Oriente Médio. Ao aumentar a pressão militar contra o Irã, Trump mobiliza ao seu lado as monarquias da Golfo e lhes dá a tarefa de assumir a primeira linha, diretamente com Israel, no esmagamento do povo palestino.

Nesse contexto de guerra econômica tempestuosa, o imperialismo dos EUA e seus concorrentes disputam, como nunca, o controle das matérias primas. A repartição das zonas de influência assola particularmente o continente africano, onde a « guerra econômica » cede lugar a verdadeiras guerras fabricadas, alimentando a indústria de armamentos e jogando nas rotas do exílio milhões de refugiados, contra os quais o imperialismo tenta jogar as populações dos países nos quais eles buscam asilo.

O capital exige taxas de exploração incompatíveis com as conquistas arrancadas pela classe operária dos países imperialistas, bem como pela classe operária e os povos dominadas em seu combate pela emancipação nacional.

Tudo deve desaparecer, tudo : as leis trabalhistas, os sistemas de aposentadoria, os sistemas de saúde e de educação. Tudo!

Nos países imperialistas, os velhos parti-

dos operários, que viviam – junto com as centrais sindicais que influenciavam – da gestão dessas conquistas, ao se subordinarem às novas exigências do imperialismo em crise, entram num processo de colapso, rejeitados pelos trabalhadores em nome dos quais pretendiam falar.

Nos países dominados pelo imperialismo, os partidos e movimentos que encarnaram durante décadas a aspiração dos povos à soberania nacional, ao buscar se acomodar às exigências da violenta reação imperialista, também entram em crise.

Existem, entretanto, em certos países, partidos operários de massa ou anti-imperialistas nos quais os trabalhadores e povos se reconhecem, ainda que eles também estejam atravessados pela crise de representação política da classe operária ou sofram as suas consequências.

Em escala mundial, a questão da reconstrução de autênticas representações da classe operária se coloca de forma aguda. Evidentemente, essa procura leva em conta a história e as tradições do movimento operário de cada país e a natureza de cada um deles.

Um vasto espaço político aparece. Um espaço político que não é isento de contradições. Como poderia ser diferente, numa situação em que está em curso um balanço de experiências tão diversas?

Num momento em que gigantescos combates de classe se anunciam, é indispensável um intercâmbio sobre a base de nossas experiências respectivas. Na manhã de 8 de junho ocorreu um encontro das delegações de quatorze países europeus no qual, dentre outraa questões, foi sublinhado:

"*A crise politica que se abriu na Itália, que abala o frágil alicerce das instituições da União Europeia, não é um raio no céu azul. Ela é a expressão italiana do amplo movimento de 'rejeição' que se levanta em toda a Europa contra a politica de contrarreformas imposta pelo capital financeiro através da UE. Ela se inscreve na série de acontecimentos políticos que abalaram, num passado recente, o poder na Grã Bretanha (Brexit), na França (eleição de Macron), na Alemanha (colapso do SPD), na Espanha... Uma 'rejeição' que se desenvolve e se reforça em toda a Europa e, portanto, nos diz respeito a todos.*

Não existe um deslocamento do povo italiano para a extrema direita, nem tampouco dos povos da Europa oriental, que pagaram caro a sua integração na UE e que sofreram vinte e cinco anos de politicas de ajuste estrutural."

Na África, a questão do combate pela soberania nacional diante da pilhagem exterior, das intervenções militares imperialistas e dos novos ditados do FMI se coloca com a maior agudeza.

Os regimes políticos no poder, inclusive nos casos de alternância, aplicam a politica que lhes é ditada pelas potências e instituições imperialistas. É a própria sobrevivência dos povos que está em jogo, bem como a de suas conquistas e liberdades mais elementares.

Importantes movimentos de resistência se desenvolvem na classe operária, na juventude, em todas as camadas exploradas, num momento em que todo o continente está ameaçado de cair no caos. O que destaca a necessidade para todos os militantes e organizações engajados nesses combates de abrir o debate sobre a estratégia politica a ser seguida para ganhar a plena soberania nacional e a construção de uma representação politica autêntica dos trabalhadores e camadas oprimidas.

Na América Latina, região que o imperialismo dos EUA sempre considerou como seu « domínio reservado », a resistência dos trabalhadores e povos oprimidos contra a pressão destruidora das nações imposta por Trump manifestou-se na Venezuela, através da reeleição de Nicolás Maduro à presidência, num contexto de cerco e de sabotagem da economia para provocar o caos e justificar uma ingerência externa.

Resistência que se manifesta também no Brasil, onde, dois anos após o golpe de Estado pró-imperialista e agora que Lula está preso há dois meses – prisão politica – o PT lançou publicamente em 8 de junho a candidatura oficial de Lula à presidente. E isso como um instrumento de centralização da luta dos trabalhadores e das camadas populares para revogar as medidas tomadas pelos golpistas contre seus direitos e conquistas, contra a soberania nacional.

Na Palestina, o movimento da Grande Marcha pelo retorno dos refugiados, estruturado através de comitês populares, afirma semana após semana sua determinação, que é a mesma de todo o povo palestino em luta por sua emancipação nacional. No interior do Estado de apartheid israelense, em Gaza, em vários lugares da Cisjordânia, as mesmas palavras de ordem surgem nas manifestações : nós somos um só povo, temos o mesmo sangue, o mesmo destino e queremos retornar à nossa terra! Como

em todo o mundo, na Palestina a mobilização contra a opressão e a politica do imperialismo coloca a questão dos obstáculos, levantados particularmente por aqueles que estão ligados à armadilha dos acordos de Oslo.

Em escala mundial, o que aterroriza os representantes do capital financeiro é essa onda que se levanta em todos os continentes. Milhões de homens se engajam na batalha para agrupar-se com suas organizações de classe para vencer a politica destruidora de todas as conquistas politicas e sociais arrancadas depois da Segunda Guerra mundial ou no quadro das independências naconais.

Até onde podemos avaliar, essa vontade de resistência se exprimiu inicialmente, em todos os nossos países e em formas próprias a cada um deles, numa crise dos velhos partidos que tradicionalmente pretendiam defender os interesses da classe operária e da democracia e que acabam sendo rejeitados em razão de sua subordinação às exigências do capital financeiro, com todas as consequencias que essa subordinação trouxe para o movimento sindical.

Uma crise que, por si só, não abre uma saída politica conforme aos interesses das massas trabalhadoras e para a democracia.

Tudo isso coloca a questão da reconstrução, sobre a base de uma rupture total com a politica de acompanhamento da politica do capital, de uma autêntica representação política da classe operária, trabalhando para agrupar a classe operária como classe na unidade de suas organizações de classe diante do capital financeiro e dos governos que o representam.

O CILI decidiu que é mais necessário que nunca prosseguir e aprofundar o intercâmbio de informações e sobre as experiências desenvolvidas em nossos países, integrando o lugar respectivo que partidos e sindicatos ocupam em cada país.

A presente declaração, adotada pelo CILI, se pretende uma contribuição ao necessário debate para avançar na resolução da crise da representação politica da classe operária. Nós propomos assim difundir esse documento para aprofundar esse debate em cada um de nossos países, estendê-lo em escala internacional, podendo assim ser um excelente passaporte para ir ao encontro de todos os agrupamentos que buscam reconstruir as bases para uma autêntica representação política da classe operária.

(1) África do Sul (Azânia), Argélia, Alemanha, Benin, Bielorrúsia, Brasil, Burkina-Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Espanha, França, Gabão, Gambia, Grã-Bretanha, Guadalupe, Guiné, Haiti, Itália, Letônia, Libano, Mali, Marrocos, Martinica, México, Níger, Palestina, Portugal, Romênia, Ruanda, Rússia, Senegal, Sérvia, Suécia, Suíça, Togo, Ucrânia e Venezuela (os países com delegados ausentes – por questões de visto, sindicais ou politicas – foram Chade, Haiti, Itália, Mali, Marrocos, México e Tunísia. Parte dos delegados do Brasil e Guiné, pelas mesmas razões, também não puderam estar presentes.

O CILI foi uma ocasião privilegiada para o intercâmbio entre delegados sobre essas questões de importância vital e notadamente:

- vários companheiros sublinharam o impasse que representa a politica de « diálogo social » no seio das organizações sindicais ;
- em toda a parte, sob formas diversas, o direito de greve está ameaçado. Essa questão está no centro do combate de resistência das organizações sindicais ;
- a defesa das organizações sindicais, para além de suas direções, é a condição para organizar a defesa da classe operária e das camadas oprimidas ;
- a instalação de bases militares, em nome da luta contra o terrorismo e que, na verdade, só faz alimentá-lo, representa uma ameaça para a soberania e integridade das nações e para o conjunto dos direitos sociais e democráticos ;
- vários delegados também sublinharam o caráter trágico da situação dos migrantes e refugiados clandestinos, cuja origem se encontra nas guerras imperialistas e politicas destruidoras do imperialismo que os governos a seu soldo aplicam, agravando o desemprego e o sofrimento, em particular dos jovens. Daí a necessidade para as organizações operárias e anti-imperialistas de combater essas politicas e de organizar a defesa dos migrantes e refugiados conforme as tradições do movimento operário ;
- foi acentuada a necessidade de forjar os instrumentos práticos para a solidariedade internacional.

O CILI registrou as proposições dos delegados de Camarões e Togo de organizar uma conferência sub-regional em cada um desses países no corrente ano.

O CILI aprovou uma moção exigindo a libertação dos presos politicos ucranianos detidos na Rússia.